

A HISTÓRIA ORAL COMO UMA TÉCNICA PARA O RESGATE DE FRAGMENTOS DA MEMÓRIA DE UMA CIDADE

Mariana Aparecida Gazolla

Mestranda em Geografia
Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/UNESP
Presidente Prudente – SP
E-mail: marianagazolla@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo uma contribuição ao debate metodológico da História Oral para resgate de fragmentos da memória da cidade. Cabe ressaltar aqui, que este artigo não coloca a História Oral como a base metodológica do trabalho, mas sim como uma técnica que, juntamente com outros procedimentos metodológicos, buscam dar conta de resgatar esses fragmentos da memória espacial de uma cidade.

Palavras-chave: Memória da cidade; metodologias qualitativas; história oral

THE ORAL HISTORY AS A TECHNIQUE FOR THE RESCUE OF FRAGMENTS OF THE MEMORY OF A CITY

Abstract

This article aims to contribute to the methodological debate of Oral History to rescue fragments of the memory of the city. It should be emphasized here that this article does not put Oral History as the methodological basis of the work, but rather as a technique that, along with other methodological procedures, seek to recover these fragments of the spatial memory of a city.

Key words: Memory of the city, qualitative methodologies, oral history.

Notas introdutórias: Geografia Urbana Histórica e a Memória das Cidades

“Esta cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso. Entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação à memória” (CALVINO, 1990, p. 19-20).

Iniciaremos nossas proposições a partir desse trecho do romance *As Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino, publicado em 1972. Na obra o autor traz o diálogo entre o imperador Kublai Khan, dono de um vasto império no oriente, e o maior viajante de todos os tempos, Marco Polo, que desempenha o papel de olhos do imperador, descrevendo as cidades de seu domínio. Desta forma, Marco Polo descreve a beleza das cidades de forma consistente, visível, exata, rápida e leve, e um tanto quanto poética, enfatizando que, em todos os traços dessas cidades, está materializado recordações de um tempo que já se findou e que, para além disso, cada cidade também está, de certa forma, materializada na memória das pessoas.

O interesse em ter a cidade como objeto de análise está no fato de que nela concentra-se uma parcela crescente da população, além de que é ali que se dão os maiores investimentos de capital, tanto em atividades localizadas nela ou na produção da cidade. E, o principal: ela é o palco, objeto e condição de importantes conflitos sociais na atualidade (CORRÊA, 2005).

Nesse sentido, e partindo da afirmativa de que a cidade não é simplesmente um palco onde as dinâmicas e processos ocorrem, mas sim de que ela é produzida pelo trabalho social, é crucial a apreensão do seu processo histórico de formação para compreendê-la, no sentido de “movimento de relações contraditórias que se superam ou se desenvolvem na medida em que cada uma delas já traz em si a contradição” (CARLOS, 1994, p. 35).

Nesse sentido, quando nos propomos a analisar a produção do espaço urbano, estamos nos remontando à distintas dinâmicas e processos que ocorrem paralelamente e/ou sobrepondo-se umas às outras. Usando a definição de Corrêa (2005, p. 7), o mesmo se constitui:

(...) em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o

centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado.

Ainda de acordo com o mesmo autor, essa organização espacial da cidade é fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social. É, também, o local onde as classes sociais vivem e se reproduzem. Essas relações envolvem o cotidiano, o futuro próximo, as crenças, os valores, os mitos, que são projetados nas formas espaciais como monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc. Ou seja, esse espaço nada mais é do que um produto social resultante de acumulações históricas, que são engendradas por agentes (proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos), que consomem e produzem esse espaço.

Para Lefebvre (2000), o espaço é uma construção social, ou seja, possui processos e práticas sociais, que lhe atribuem caráter histórico. Além dessa dimensão temporal, que é imanente ao espaço, ele o entende em diferentes escalas, que estão dialeticamente interpenetradas entre si (local, regional, nacional, mundial), permitindo o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Por sua vez, o modo de produção capitalista não se desenvolve num espaço neutro, dotado de recursos naturais e forças de trabalho homogêneo. Pelo contrário, ele desenvolve-se, expande-se e, ao mesmo tempo, produz um espaço diverso, que é produto de suas condições históricas preexistentes. É onde estão impressos o desenvolvimento desigual e a diferenciação socioespacial (HARVEY, 1992).

Dada a importância do processo histórico para a conformação do espaço, encontramos na Geografia Urbana Histórica uma agenda de pesquisa capaz de dar conta de nossas proposições.

De acordo com Erthal (2003), como a Geografia coloca-se preocupada com a dimensão espacial da sociedade, ela não pode esquecer-se de que as dinâmicas e processos sociais também possuem uma dimensão temporal. Portanto, para a autora, tempo e espaço são fenômenos interrelacionados e que ocorrem simultaneamente.

Através da Geografia Urbana Histórica é possível obtermos uma visão do passado. Entretanto, essa visão seria dada pelo “olhar do presente” que, de acordo com Corrêa (2011, p. 599), “implica compreender modelos conceituais e práticas que podem não mais existir no presente, que devem estar, ao menos em parte, exilados de nossas mentes”. Sendo assim, a Geografia Urbana Histórica se apropria e analisa o espaço urbano de um tempo pretérito, entendendo-o, de acordo com a definição de Abreu (2000), como o “presente de então”.

Ela é uma vertente ainda pouco difundida entre os geógrafos brasileiros e, em sua consolidação, foi tida como uma disciplina autônoma, funcionando, na sua gênese, como um apêndice da História e da Antropologia. Porém, aos poucos, seus precursores foram direcionando-lhe para a ciência geográfica, onde se atribui o papel fundamental das espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, além da busca por novos procedimentos metodológicos para refletirmos sobre as categorias tempo e espaço.

Abreu (2012) reflete que o momento atual, ao qual denominamos de globalização, nada mais é do que um momento de ruptura e que, para melhor apreendê-lo, a categoria de análise tempo torna-se fundamental. Ao mesmo tempo em que a globalização vem tornando os lugares cada vez mais parecidos e inscritos em uma mesma lógica, ela propaga o acirramento das contradições, dando um estímulo para a busca da singularidade dos lugares.

Ainda de acordo com o mesmo autor, para uma busca dessa singularidade, o passado, materializado na paisagem, preservado em instituições de memória, ou vivo no cotidiano da cultura e dos lugares, é uma das suas dimensões mais importantes. Nesse sentido, a memória da cidade é um elemento fundamental nessa busca pelas singularidades. Entretanto, o autor alerta para a necessidade dos estudos de memória urbana serem realizados sob uma perspectiva crítica em relação a este passado, não em busca de um essencialismo ou raízes locais profundas, para não caírem numa defesa cega do local frente ao global.

Seemann (2002) diz que embora a memória seja um processo interno de cada indivíduo, a sua projeção não se dá em um plano vazio, mas ela precisa de um espaço para ser ativada e estimulada. Nessa linha de raciocínio, lugares concretos, acontecimentos históricos ou práticas cotidianas, e representações visuais (mapas ou fotos, etc.) e não visuais (literatura, música, etc.), podem servir como referências espaciais para a memória. Ainda para o autor, o espaço não deve ser compreendido como uma categoria-estaque (“tudo é espaço”, mas

sim através de categorias geográficas menos vagas como lugar, paisagem e território, que são intrínsecas à memória e à identidade.

Neste sentido, a memória da cidade nada mais é do que a memória de um lugar. Usando a definição de Santos (1994, p. 36), o lugar é a extensão do acontecer solidário, visto que o mesmo é compartilhado por um conjunto de sujeitos e agentes que coexistem no tempo e no espaço. Sendo assim, temos a definição de memória da cidade como uma memória coletiva.

A memória coletiva, por pertencer a um grupo que viveu relações em um determinado lugar e em um determinado tempo, está constantemente se transformando, visto que, quando esses grupos desaparecem, elas desaparecem junto. Daí a importância de documentar essa memória coletiva, de transformá-la em memória histórica. O papel do geógrafo nessa transformação é de suma importância, visto a sua capacidade de relacionar tempo e espaço.

Além das categorias de análise, a relação entre memória e espaço também se apresenta em diferentes escalas, desde a visão individual de um sujeito sobre sua pequena comunidade, até o significado simbólico de lugares históricos, que podem expressar uma ideologia para a construção de uma identidade nacional, por exemplo.

Meihy (2002), diz que o “resgate da memória” não é possível, visto que a memória não é um objeto concreto, ela é uma construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Ou seja, ela é dotada de intencionalidade ou, nas palavras do autor, “é uma versão dos fatos e não os fatos em si” (p. 50).

Dessa forma, ao trabalharmos com o “resgate da memória”, na verdade estaremos trabalhando com o resgate de fragmentos da mesma, tendo em vista que é um abismo entre o que se passou (a experiência em si) e o que se recorda daquilo que se passou (a memória).

Neste sentido, a importância da História Oral está no fato de que ela mostra as percepções de uma sociedade sobre determinado acontecimento, num determinado lugar e época (ROUSSO, 1996) sendo, portanto, um procedimento metodológico considerado qualitativo. Silva e Mendes (2013, p. 207) afirmam que a pesquisa qualitativa

(...) baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Para um de seus fundadores, Louis Starr, a História Oral seria mais do que uma ferramenta, porém menos do que uma disciplina, tendo em vista que ela não constitui um objeto específico de pesquisa e possui um aparente perfil multidisciplinar (MEIHY, 2002).

De acordo com Meihy (2002), quando nos referimos à cientificidade da História Oral, há dois alvos que são utilizados para atacá-la: o caráter de documento feito por relatos orais (nesse caso, o que se argumenta são as interferências emocionais nesses documentos, como se a subjetividade não fosse o que interessasse a ela); e as derivações naturais da transferência do estágio oral para o escrito (essa etapa implica em soluções próximas da literatura, fazendo com que uma equiparação com a arte seja mais plausível).

Entretanto, a objetividade que se cobra da História Oral é a mesma que deve ser cobrada de qualquer outro documento escrito, visto que as mesmas limitações permeiam a produção de documentos oficiais, e tendo em vista que os mesmos são produzidos sob relações de poder. Neste sentido, o papel que o cientista social desempenha na tomada desses depoimentos orais é de suma importância, tendo em vista a subjetividade com que são dotadas essas fontes.

Em suma, neste artigo, o que nos propomos é trazer um debate teórico-metodológico sobre a importância da História Oral, como complementaridade ao uso de fontes documentais, deixando claro que nenhum procedimento é mais importante do que o outro, e que ambos se complementam.

Procedimentos Metodológicos

Por ser um trabalho que tem como objetivo uma contribuição ao debate teórico e metodológico da História Oral para resgate de fragmentos da memória da cidade, como procedimento metodológico utilizamos da busca, leitura e análise de referencial teórico que aborda a temática. Cabe ressaltar ainda que o presente texto faz parte de reflexões da pesquisa de mestrado da autora, que resultará em uma dissertação.

Resultados e Discussão

Um projeto que tem a pretensão de utilizar a História Oral como uma metodologia deve deixar bem explícito como pretende tratar as fontes orais: se apenas como um recurso de referência, como técnica, como método ou como uma disciplina independente (MEIHY,

2002). Sendo assim, neste trabalho, abordaremos a história oral como uma técnica, nas palavras do autor.

A História Oral utilizada como técnica, de acordo com MEIHY (2002), é um processo respeitável, mas subjacente a outras fontes, ou seja, as entrevistas não se compõem como o objetivo central, mas sim como um recurso a mais. Entretanto, os oralistas radicais defendem que a História Oral indica um novo caminho a ser seguido, que é capaz de justificá-la como uma nova disciplina ou uma disciplina do futuro, visto que não a aceitam como um mero recurso multidisciplinar.

Segundo Meihy (2002), como técnica, a História Oral deve trabalhar juntamente com uma documentação paralela, escrita ou iconográfica, servindo os depoimentos como um complemento. Nesse caso, o objeto central seria a documentação cartorial, sendo os depoimentos dependentes destas, mantendo um diálogo com elas, sendo assim relativizados em função dessa documentação. Quando há o uso de diferentes fontes, quase sempre se vale da História Oral como uma forma de complemento de afirmações que foram conseguidas através de diferentes recursos sendo, nesse caso, ressaltado o caráter dialógico das fontes orais.

Nos meios acadêmicos, a história oral começou a ter uma importante representatividade, tanto como um fenômeno metodológico, como político, a partir dos anos de 1970. Por muito tempo, segundo Hall (1992), a história oral foi considerada como sendo uma contra-história. Entretanto, atualmente reconhecemos que ela está bem longe de ser uma história espontânea e verdadeira, sendo necessária sua submissão à uma análise crítica, assim como acontece com outras fontes, como as documentais. Dessa forma, o autor considera que as entrevistas da história oral na relatam a experiência dos informantes em estudo puro, mas sim “(...) o resultado do trabalho que a memória faz com essa experiência” (p. 1).

Com relação à memória, para Hall (1992), a única verdade de que dispomos é que ela não é um fenômeno individual, mas resulta de determinações sociais complexas.

Ainda de acordo com Hall (1992), ao utilizarmos da história oral a fim de tentarmos recuperar fragmentos de memória, corremos alguns riscos. O primeiro risco que o autor elenca é o fato das memórias serem extremamente falíveis em relação aos acontecimentos e à sua seqüência, tendo em vista que sentimentos, opiniões, etc. podem mudar a percepção dessa lembrança para o sujeito. Nesse sentido, a história oral é mais confiável para memórias

sobre acontecimentos de grande impacto que impressionaram muito o entrevistado, ou para práticas e interações sociais que ocorriam regularmente.

Outro risco que assumimos ao trabalhar com ela, é que poucas pessoas conseguem se situar enquanto sujeitos dentro dessa memória, tomando seu lugar de fala, e reconhecendo os outros sujeitos que participaram dessa memória, além de vários outros riscos que corremos (HALL, 1992). Isso acontece porque, apesar da memória ser coletiva, ela confere identidade a quem recorda (AMADO, 1995), ou seja, cada sujeito pode ser identificado a partir do conjunto de suas memórias e, somente essas lembranças, são capazes de separar o “eu” dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações, sentimentos, e dotá-los de significados.

O próprio meio que utilizamos para acessar essas memórias em história oral, as entrevistas, possui suas próprias dificuldades, sendo ela muito volátil por conta do envolvimento do pesquisador no processo de sua produção.

De acordo com Meihy (2002), ao realizar as entrevistas é preciso ter clareza no que se busca: se é informação ou se é impressão das pessoas sobre os eventos do passado. Em História Oral não existe mentira no sentido moral do termo, sendo todas elas intencionais.

Além de todo esse cuidado, tanto na escolha dos sujeitos a serem entrevistados, quanto na condução da mesma, Colognese e Mélo (1998), orientam-nos com relação à organização, categorização e análise dessas informações produzidas através das entrevistas.

Com relação à organização das informações, é preciso identificar, numerar e paginar as entrevistas para evitar a omissão e/ou privilégios em detrimento de outras; no uso de roteiros elaborados previamente, verificar se todas as perguntas foram respondidas e, caso não tenham sido, justificar o por quê; as entrevistas devem ser lidas uma a uma para a identificação da ocorrência de possíveis contradições nas respostas, assim como informações que reafirmam-se; além disso, de modo a precaver transtornos, é recomendável providenciar uma cópia com o objetivo de resguardar a integridade das entrevistas (COLOGNESE e MÉLO, 1998).

Após essa organização, é recomendável a elaboração de categorias que viabilizem a leitura seletiva das informações produzidas. Nesse sentido, Colognese e Mélo (1998) recomendam que a elaboração dessa categorização deva ser orientada pela problemática e hipóteses da pesquisa, implicando na necessidade de elaboração de indicadores que permitam

agrupar as variações de respostas por afinidade temática, sendo esses indicadores objetos de minuciosa leitura para determinar afinidades de sentidos. Os autores ainda enfatizam que o processo de construção desses indicadores deve ocorrer em constante diálogo com as categorias conceituais, permitindo assim, sempre que necessário, a reformulação tanto das categorias, quanto dos indicadores.

Feitas a organização e a categorização dessas informações, torna-se possível então sua análise que, de acordo com Colognese e Mélo (1998), seria o momento onde há a produção de um novo conhecimento, que deve contemplar a articulação de vários procedimentos: a elaboração de um sumário em que as categorias devem manter uma ordem de prioridade e uma dinâmica seqüencial própria; deve contemplar a discussão de informações bibliográficas oriundas de outras pesquisas sobre a mesma temática; e, por fim, a demonstração, onde são explicitadas as provas para os argumentos e explicações sugeridos nas hipóteses.

Além da organização, da categorização e da análise dessas informações produzidas, é preciso que sigamos alguns passos e que tomemos alguns cuidados para que se mantenha uma boa qualidade analítica e ética nas entrevistas.

Em um primeiro momento, devemos praticar a reflexividade, e reconhecermos que o produto da pesquisa reflete parte do pesquisador enquanto ser social, dotado de ideologias e posicionamentos políticos, portanto, o pesquisar não é um sujeito neutro (COLOGNESE e MÉLO, 1998).

Para que essas entrevistas tenham validade, é preciso adotar alguns procedimentos: a triangulação, que através de diferentes amostras e conjunto de dados, pesquisadores, metodologias e teorias, proporciona mais de uma visão sobre o tema; a validação dos entrevistados, que seria o retorno da transcrição da entrevista para os próprios entrevistados fazerem suas validações; comparações constantes, que ajudam a perceber diferenças e as similaridades entre as informações produzidas; e a apresentação ao leitor de evidências, como citações das entrevistas, notas de campo ou documentos, de modo a legitimar a hipótese da pesquisa (COLOGNESE e MÉLO, 1998).

Neste sentido, para que as informações obtenham uma maior confiabilidade, Colognese e Mélo (1998) nos orientam da seguinte maneira: realizar uma revisão das transcrições várias vezes e, caso tenha feito a utilização de algum sistema de categorização, utilizar

um memorando sobre como os códigos foram construídos; e realizar uma verificação cruzada de códigos, comparando como a codificação entre diferentes pesquisadores que utilizam os mesmos dados.

Por fim, os mesmos autores ainda nos alertam para a utilização de termos que criam uma supergeneralização, no plural: é mais sensato dizer “uma pequena minoria”, “mais da metade”, “60% das pessoas”, etc.

Considerações finais

Em suma, a entrevista constitui-se como um dos procedimentos metodológicos mais utilizados nas investigações que envolvem os sujeitos sociais, devido a sua eficiência na produção de informações. Entretanto, tendo em vista todas as dificuldades, tanto para a realização das entrevistas, quanto do tratamento dessas informações produzidas, cabe ao pesquisador o bom senso e a perspicácia de ler nas entrelinhas das informações produzidas.

Referências Bibliográficas

- AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**. São Paulo, n. 14, 1995, p. 125-136.
- ABREU, M de A. Construindo uma geografia do passado. Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Geosp**. São Paulo, n. 7, 2000, p. 13-25.
- ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. In.: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-39.
- CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, 1998, p. 143-159.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- CORRÊA, R. L. Espaço e tempo: um tributo a Maurício de Abreu. **Revista Cidades**. São Paulo, v. 8, n. 14, 2011, p. 597-607.
- ERTHAL, R. Geografia Histórica – considerações. **GEOgraphia**. Rio de Janeiro: ano V, n. 9, 2003.

HALL, M. M. História oral: os riscos da inocência. In.: Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DHP, 1992.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 2000.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In.: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos & abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucite, 1994.

SEEMANN, J. O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral.** Sobral: v. 4/5, 2002/2003, p. 43-53.